

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Lei da Pesquisa Clínica é regulamentada para atrair investimentos em inovação

Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil. A legislação traz mais segurança jurídica, atrai investimentos em inovação e impulsiona um setor estratégico para o desenvolvimento científico e industrial do país, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes, garantindo que os avanços ocorram de forma ética e responsável.

O Brasil está entre os 20 países no ranking global de estudos clínicos, mas participa de menos de 2% da pesquisa clínica mundial. O país tem potencial de estar entre as dez nações mais relevantes do mundo nessa área. A expectativa é que a nova legislação impulse esse crescimento.

Em 2024, o Brasil registrou 254 estudos clínicos. A expectativa é dobrar esse número e reverter a tendência de queda a partir de 2022, quando os marcos regulatórios de outros países se tornaram mais competitivos. Com uma população de aproximadamente 214 milhões de pessoas e ampla diversidade genética e cultural, o país reúne condições únicas para atrair investimentos de instituições mundiais e gerar impactos positivos para o fortalecimento do SUS.

O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis. Já as pesquisas estratégicas para o SUS e as situações emergenciais serão avaliadas em até 15 dias úteis.

A nova lei determina que, em casos de doenças graves e sem alternativas de tratamento, os pacientes que apresentarem benefícios comprovados tenham garantida a continuidade do tratamento por até cinco anos após o término da pesquisa, mediante plano prévio aprovado pelo CEP. A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave.

A proteção aos participantes também foi reforçada, com a definição do consentimento livre e de esclarecimentos mais detalhados. Regras específicas para pesquisas com grupos vulneráveis foram definidas para assegurar tratamento ético diferenciado e mais segurança.

Internet: <gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 O trecho “A legislação traz mais segurança jurídica” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Mais segurança jurídica é trazida pela legislação**.
- 2 No fragmento “os pacientes que apresentarem benefícios comprovados”, a forma verbal “apresentarem”, que está no futuro do subjuntivo, foi empregada para indicar hipótese ou condição relativa a eventos futuros.
- 3 No trecho “Foi regulamentada, em 2025, a Lei da Pesquisa Clínica, um marco para o desenvolvimento científico e a saúde no Brasil”, a palavra “marco” pode ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, por **fronteira**, mantendo-se a coerência e a correção gramatical.
- 4 No fragmento “O novo modelo, que está alinhado às melhores práticas internacionais, reduz de 180 dias para 30 dias o processo de avaliação dos projetos pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs)”, as vírgulas são dispensáveis, pois a oração contida entre elas restringe o sentido do substantivo “modelo”, indicando qual dos modelos existentes está sendo mencionado.
- 5 O trecho “A oferta do medicamento pode ser encerrada ainda em situações como decisão do participante, cura, surgimento de alternativa terapêutica, ausência de benefício ou ocorrência de reação adversa grave” apresenta linguagem técnico-jurídica compatível com o gênero normativo, evidenciada pelo uso de substantivos abstratos que descrevem hipóteses normativas de forma impessoal e enumerativa, o que consiste em um recurso típico da redação legislativa.
- 6 Em “A avaliação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será de até 90 dias úteis”, a forma verbal “será” está no futuro do presente e poderia ser substituída, sem alteração do sentido original do texto, pelo presente do indicativo “é”, uma vez que a lei já foi regulamentada e os seus prazos já estão em vigor.
- 7 O texto pertence ao tipo textual narrativo, uma vez que relata um evento ocorrido em 2025, apresentando personagens institucionais, sequência temporal e desfecho relacionado à regulamentação da lei.

- 8 Em “ao mesmo tempo em que fortalece a segurança e a proteção dos participantes”, a expressão “ao mesmo tempo em que” estabelece uma relação de simultaneidade entre as ações descritas, indicando que o fortalecimento da segurança dos participantes ocorre concomitantemente aos demais efeitos atribuídos à legislação.

Texto para os itens de 9 a 16.

Dados genéticos e proteção da privacidade: biobancos e a aplicação da LGPD

A informação genética ocupa um lugar peculiar no sistema jurídico por seu caráter híbrido. É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional, com implicações para familiares, grupos étnicos e até populações inteiras.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) classificou os dados genéticos como sensíveis, sujeitando-os a um regime mais rigoroso de tratamento. Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes diante da complexidade das novas práticas envolvendo bancos de dados genômicos, especialmente os biobancos. Esses repositórios, públicos ou privados, armazenam material biológico humano e informações genéticas com fins de pesquisa, diagnóstico ou desenvolvimento tecnológico, e vêm sendo utilizados cada vez mais por empresas farmacêuticas, instituições acadêmicas e corporações internacionais.

A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas. No entanto, a prática da pesquisa científica, especialmente em genética, frequentemente demanda o uso futuro e não previsto dos dados. Isso gera impasses jurídicos quanto à validade do consentimento amplo.

Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória. Devido à singularidade do genoma, à possibilidade de cruzamento com bancos públicos e ao avanço de ferramentas de reidentificação, a suposta anonimização pode ser revertida, colocando em risco a confidencialidade e a segurança do titular.

O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade. O crescimento de empresas que oferecem testes genéticos diretos ao consumidor ilustra uma nova forma de economia de dados, em que a genômica se converte em produto de mercado.

Portanto, mais do que adequar a prática científica aos limites da LGPD, é necessário repensar os próprios fundamentos da regulação da genética humana. O direito à privacidade, a proteção contra a discriminação genética e a defesa do bem comum devem ser os pilares de uma nova abordagem jurídica – mais protetiva, preventiva e participativa. Sem isso, o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração.

Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

Acerca do texto e dos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “o risco é transformar o avanço biotecnológico em um vetor de exclusão, vigilância e exploração”, o vocábulo “vetor” está empregado em sentido conotativo.
- 10 Na construção “Entretanto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes”, o adjetivo “insuficientes” pode ser substituído, sem alteração do sentido original do texto, pelo seu antônimo **suficientes**, desde que o conectivo “Entretanto” seja suprimido, mantendo-se a coerência do parágrafo.
- 11 No período “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a forma verbal “seja” poderia ser substituída pelo presente do indicativo “é”, sem prejuízo da correção gramatical do texto, uma vez que a exigência legal descrita tem caráter permanente e já está em vigor.
- 12 No trecho “A LGPD exige que o consentimento para o tratamento de dados sensíveis seja livre, informado, inequívoco e vinculado a finalidades específicas”, a oração introduzida pela conjunção “que” exerce a função de objeto direto do verbo “exigir”.
- 13 O texto apresenta linguagem predominantemente subjetiva, característica do gênero expositivo de opinião, o que se evidencia pelo uso de adjetivos valorativos como “ilusória” e pela conclusão que defende uma nova abordagem jurídica.
- 14 No trecho “É, ao mesmo tempo, um dado individual, profundamente identitário, e um dado relacional”, a vírgula antes de “e um dado relacional” é dispensável, pois a conjunção “e” já é suficiente para separar os dois elementos coordenados.
- 15 Em “Ademais, a promessa de anonimização como instrumento de proteção de dados genéticos revela-se, em muitos casos, ilusória”, o conectivo “ademais” poderia ser substituído por **portanto**, sem prejuízo para o sentido original do texto.
- 16 O período “O risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado, também deve ser enfrentado com seriedade” pode ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do texto, da seguinte forma: **Deve-se também enfrentar com seriedade o risco de mercantilização da informação genética, sobretudo no setor privado.**

Em uma competição de salto com vara, 10 atletas obtiveram, em metros, as marcas 4,60, 4,70, 4,75, 4,80, 4,80, 4,85, 4,90 e 5,00, além das marcas de Gabriel e de Mayko. Sabe-se que a média dos 8 saltos já informados foi igual a 4,80 m, que a média dos 10 saltos foi igual a 4,84 m e que Gabriel saltou 20 cm a mais do que Mayko.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 O salto de Gabriel foi de 5,10 m.
- 18 A mediana dos 10 saltos foi igual a 4,80 m.
- 19 O conjunto dos 10 saltos apresenta uma única moda.

Poliana está organizando uma dinâmica de grupo com 10 participantes.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** O número de maneiras de escolher, entre os 10 participantes, um líder e um vice-líder para a dinâmica é igual a 90.
- 21** O número de maneiras distintas de dispor os 10 participantes em uma roda é igual a 10!.
- 22** O número de maneiras de dividir os 10 participantes em 3 grupos, sendo 2 grupos com 3 pessoas e um grupo com 4 pessoas, é igual a 4.200.

Admitindo-se que as proposições “Todo jardineiro é fiel”, “Davi é fiel” e “Leonardo é jardineiro” sejam verdadeiras, julgue os itens a seguir.

- 23** A proposição “Se Davi não é jardineiro, então Leonardo é fiel” é verdadeira.
- 24** É possível que a proposição “Davi é jardineiro ou Leonardo é fiel” seja falsa.
- 25** A negação da proposição “Todo jardineiro é fiel” é “Nenhum jardineiro é fiel”.

Em um *show* de rock, 123 pessoas foram entrevistadas. Cada uma delas respondeu “sim” ou “não” à pergunta a respeito de saber tocar baixo, bateria e guitarra. Verificou-se que 47 pessoas sabiam tocar baixo, 29 sabiam tocar bateria e 76 sabiam tocar guitarra. Além disso, 11 declararam saber tocar baixo e bateria, 18 declararam saber tocar baixo e guitarra, 7 declararam saber tocar bateria e guitarra, e 3 afirmaram saber tocar os 3 instrumentos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 26** Exatamente 21 entrevistados declararam saber tocar somente baixo.
- 27** Exatamente 89 entrevistados declararam saber tocar somente um desses 3 instrumentos.
- 28** Apenas 4 entrevistados declararam não saber tocar nenhum desses 3 instrumentos.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca de conceitos fundamentais de informática, de sistemas operacionais, de redes de computadores e de navegadores, julgue os itens a seguir.

- 29** A distinção entre *hardware* e *software* implica reconhecer que dispositivos físicos como teclado e monitor pertencem à categoria de *hardware*, enquanto os programas que permitem utilizar esses dispositivos são classificados como *software*.

- 30** Durante o acesso a um *site* institucional, o navegador pode estabelecer conexões com servidores para solicitar recursos por meio do protocolo HTTP, sendo possível que intermediários de rede armazenem cópias desses recursos para acelerar acessos futuros.
- 31** Em redes corporativas, o acesso à Internet ocorre como consequência natural da existência de uma intranet, pois ambas representam a mesma rede de comunicação utilizada pela organização.
- 32** Durante o acesso aos sistemas institucionais por meio de navegadores, o processamento das funcionalidades da aplicação ocorre no computador do usuário, enquanto o servidor atua apenas como um repositório de páginas.

Quanto às ferramentas de comunicação digital, aos aplicativos de escritório, à segurança da informação e às tecnologias digitais, julgue os itens seguintes.

- 33** No uso de correio eletrônico, o envio de uma mensagem depende da presença simultânea do remetente e do destinatário conectados à Internet, para que a comunicação possa ocorrer.
- 34** No contexto da segurança da informação, a atuação do *firewall* consiste em analisar o conteúdo de arquivos armazenados no computador, com o objetivo de identificar códigos maliciosos presentes nesses arquivos.
- 35** As ferramentas de busca na Internet organizam informações disponíveis na *web* por meio de processos de coleta e de indexação de páginas, permitindo recuperar conteúdos relacionados aos termos pesquisados.
- 36** Em aplicativos de apresentação eletrônica, a utilização de elementos visuais, como gráficos e imagens, pode contribuir para tornar a exposição de informações mais clara e compreensível.

Em relação ao uso de aplicativos de escritório, às ferramentas de comunicação digital, à navegação na Internet, à segurança da informação e à organização de dados em ambientes computacionais, julgue os itens a seguir.

- 37** Nos editores de texto utilizados em ambientes corporativos, os recursos de formatação permitem alterar a aparência do conteúdo de um documento, sem modificar, necessariamente, as informações escritas no texto.
- 38** Durante a navegação em um *site* da Internet, o navegador passa a integrar a infraestrutura de rede responsável por hospedar as páginas acessadas.
- 39** Em planilhas eletrônicas, os dados podem ser organizados em células dispostas em linhas e colunas, permitindo a manipulação e a análise das informações registradas.
- 40** No contexto da segurança da informação, as políticas de proteção de dados podem incluir procedimentos voltados à prevenção de acesso não autorizado e à preservação da integridade das informações.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A ética na função pública e os princípios constitucionais que regem a Administração Pública estruturam o regime jurídico-administrativo, influenciando a validade, a legitimidade e a conformidade da atuação estatal. À luz dessas premissas, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética na função pública impõe ao agente público atuação orientada pelo interesse público primário, vedando a prevalência de interesses particulares no exercício da função administrativa.
- 42** O princípio da moralidade administrativa possui natureza meramente ética, não se qualificando, portanto, como parâmetro jurídico autônomo para o controle de validade dos atos administrativos.
- 43** A conformidade da atuação administrativa com o princípio da legalidade não afasta a exigência de observância concomitante dos princípios da moralidade e da impessoalidade.
- 44** À luz do art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, a atuação administrativa pressupõe a observância integrada da legalidade, da moralidade e da finalidade pública no exercício da função estatal.

A Lei nº 8.429/1992 disciplina os atos de improbidade administrativa, os seus elementos constitutivos, as espécies e as sanções aplicáveis, conforme a redação vigente. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, conforme esse diploma legal.

- 45** A aplicação da sanção de perda da função pública por ato de improbidade administrativa exige previsão expressa na sentença condenatória, não decorrendo automaticamente da simples prática do ato ímprobo.
- 46** Após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, admite-se a responsabilização por ato de improbidade administrativa fundada exclusivamente em culpa, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.
- 47** O agente público responderá por ato de improbidade administrativa, ainda que um terceiro também tenha concorrido para a prática do ilícito ou dele se beneficiado.
- 48** A condenação por ato de improbidade administrativa pode fundamentar-se em tipo aberto ou em princípios genéricos da Administração Pública, ainda que a conduta não esteja expressamente tipificada nos artigos. 9º, 10 ou 11 da Lei nº 8.429/1992.

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas a respeito do processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, disciplinando os princípios, os direitos dos administrados, os deveres da Administração e os critérios de formação, motivação e controle das decisões administrativas.

- 49** No processo administrativo federal, é assegurado ao administrado o direito de apresentar alegações e documentos antes da decisão final, como expressão do contraditório e da ampla defesa.
- 50** A Administração pode decidir processos administrativos sem motivação quando a decisão se fundar em discricionariedade administrativa.
- 51** A Lei nº 9.784/1999 impõe à Administração Pública o dever de decidir explicitamente as solicitações ou as reclamações formuladas pelos administrados em prazo razoável.
- 52** No processo administrativo federal, a autoridade competente pode delegar parte de suas atribuições, sendo vedada a delegação para edição de atos normativos, de decisão de recursos administrativos e de matérias de competência exclusiva.
- 53** A avocação de competência pode ser exercida em caráter permanente sempre que a autoridade superior a considerar conveniente.
- 54** A Administração Pública pode rever os seus próprios atos quando estes estiverem eivados de vício de legalidade, independentemente de provocação do interessado.

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o acesso a informações no âmbito da Administração Pública, estabelecendo regras sobre transparência, classificação, restrição e responsabilização decorrente da negativa indevida de acesso.

- 55** A Lei nº 12.527/2011 consagra o acesso à informação como regra e o sigilo como exceção no âmbito da Administração Pública.
- 56** O pedido de acesso à informação dirigido à Administração Pública deve ser acompanhado de justificativa quanto à finalidade pretendida pelo requerente.
- 57** Informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem têm acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos, contado da data de sua produção.
- 58** A informação classificada como secreta possui prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.
- 59** A classificação de informação como ultrassecreta sujeita-se ao prazo máximo de restrição de acesso de 25 anos, sendo admitida uma única prorrogação por igual período.

A Lei nº 13.709/2018 estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no âmbito público e privado, disciplinando princípios, bases legais, direitos dos titulares e responsabilidades dos agentes de tratamento. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir, a partir desse diploma legal.

- 60** A Lei nº 13.709/2018 aplica-se exclusivamente às operações de tratamento de dados pessoais realizadas por empresas privadas.
- 61** Nos termos da Lei nº 13.709/2018, considera-se dado pessoal sensível aquele que revele origem racial ou étnica, convicção religiosa ou dado biométrico vinculado à pessoa natural.
- 62** O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público depende, necessariamente, do consentimento prévio e expresso do titular, ainda que realizado para execução de políticas públicas previstas em Lei.
- 63** Compete à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 e aplicar as sanções administrativas em caso de infração à legislação de proteção de dados pessoais.
- 64** O titular dos dados pessoais tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem os seus interesses, sendo incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo ou de crédito.
- 65** O consentimento para o tratamento de dados pessoais pode ser concedido de forma genérica, desde que o controlador, posteriormente, especifique as finalidades do tratamento.
- 66** A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.709/2018 compete à ANPD, devendo-se ser observadas as garantias do devido processo administrativo.
- 67** No exercício de suas competências regulatórias e fiscalizatórias, a ANPD deve observar o princípio da mínima intervenção na atividade econômica.
- 68** As normas de caráter geral editadas pela ANPD independem de consulta pública, podendo ser expedidas diretamente para assegurar uma maior celeridade regulatória.
- 69** A Lei nº 13.709/2018 admite a coordenação e a atuação cooperativa entre a ANPD e os órgãos ou as entidades reguladoras setoriais.
- 70** A Lei nº 13.709/2018 exclui a aplicação de outros direitos e de outras garantias previstos no ordenamento jurídico que sejam relacionados à proteção da privacidade e da personalidade.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca das classificações da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), julgue os itens a seguir.

- 71** A CF/1988 classifica-se, quanto ao seu conteúdo, em constituição formal, já que não se limitou, em sua promulgação, a matérias tipicamente constitucionais.
- 72** Embora a CF/1988 já tenha recebido 138 emendas constitucionais (até dezembro de 2025), a doutrina classifica, quanto à estabilidade, a Carta Política brasileira como semirrígida.
- 73** A CF/1988 é, quanto à origem e ao modo de elaboração, do tipo promulgada e histórica, respectivamente.

Em relação à aplicação dos direitos constitucionais fundamentais, em consonância com o texto da Constituição Federal de 1988, julgue os itens seguintes.

- 74** Quando a lei pessoal da pessoa de cuja sucessão se tratar não lhes for mais favorável, a sucessão dos bens de estrangeiros, onde quer que estejam, será regida pela legislação brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.
- 75** A liberdade de crença autoriza que paciente capaz possa recusar tratamento de saúde por motivos religiosos, desde que a decisão seja inequívoca, livre, informada e esclarecida.
- 76** O brasileiro nato poderá ser extraditado por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, não se admitindo a extradição em caso de crime comum.
- 77** A extradição de estrangeiro é admitida tanto para crimes comuns, quanto para crimes políticos.
- 78** Em relação à igualdade em concurso público, admite-se a restrição à inscrição em razão da idade por meio de ato administrativo.
- 79** Somente brasileiros natos poderão ser das carreiras diplomática ou de oficial das Forças Armadas.

Segundo José Afonso da Silva (2017), a Constituição conferiu ao Congresso Nacional, um órgão constituído, a competência para elaborar emendas a ela e, por isso, se lhe dá a denominação de poder constituinte instituído ou constituído. Por outro lado, como esse seu poder não lhe pertence por natureza primariamente, mas, ao contrário, deriva de outro (isto é, do poder constituinte originário), é que também se lhe reserva o nome de poder constituinte derivado, embora pareça mais acertado falar em competência constituinte derivada ou constituinte de segundo grau. À luz dessas informações, julgue os itens a seguir.

- 80** Por ser atribuição do Congresso Nacional, o presidente da República não participa do processo de emenda à Constituição.

- 81** Não se admite proposta de emenda à Constituição com a finalidade de instituir um regime parlamentarista no Brasil, já que a separação dos Poderes é cláusula pétrea.
- 82** A revisão constitucional que fora prevista no ato das disposições constitucionais transitórias pode ser novamente invocada, a qualquer tempo, para modificar a forma de governo do País.
- 83** O poder constituinte derivado decorrente é o poder atribuído aos estados-membros da Federação para elaborar as suas próprias Constituições estaduais.

De acordo com o Portal Migalhas, em matéria do dia 5/2/2026., “O ministro Flávio Dino, do STF, determinou a suspensão do pagamento de verbas indenizatórias que extrapolem o teto constitucional de remuneração no Judiciário, Executivo e Legislativo. A decisão estabelece prazo de 60 dias para que os Três Poderes revisem e interrompam o repasse de benefícios sem amparo legal, frequentemente utilizados para ultrapassar o limite remuneratório fixado pela Constituição”.

O trecho em questão trata da decisão do STF a respeito dos limites remuneratórios de agentes públicos, contestada em face da Reclamação Constitucional nº 88319. A partir dessas informações, julgue os itens a seguir, à luz das regras constitucionais de regência.

- 84** Nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, de empregos e de funções públicas, o teto remuneratório constitucional deverá considerar cada um dos vínculos formalizados.
- 85** O teto remuneratório no Judiciário, Executivo e Legislativo fixado pela CF/1988 é o subsídio mensal, em espécie, dos ministros de Estado do Poder Executivo, sendo autorizada a existência de limites inferiores para os estados e municípios.
- 86** Poderão ultrapassar o teto remuneratório constitucional as parcelas de caráter indenizatório expressamente previstas em lei ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional, de caráter nacional, aplicada a todos os Poderes e a todos os órgãos constitucionalmente autônomos.
- Acerca das regras constitucionais a respeito da organização e da competência do Poder Judiciário, bem como das prerrogativas e das proibições de seus membros, julgue os itens a seguir.
- 87** Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em sede recursal, as causas decididas em única ou em última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- 88** Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.

- 89** A aprovação e promulgação do Estatuto da Magistratura é uma prerrogativa do Supremo Tribunal Federal.
- 90** Compete à justiça do trabalho julgar as ações relacionadas ao exercício do direito de greve.

Quanto ao regime jurídico aplicável aos conselhos de fiscalização profissional, julgue os itens seguintes.

- 91** Os conselhos de fiscalização profissional não são considerados entidades da Administração Pública.
- 92** Os conselhos de fiscalização profissional, embora tenham natureza autárquica, podem ter seu quadro de pessoal composto por empregados sujeitos a contrato de trabalho regido pela CLT.
- 93** Os conselhos de fiscalização profissional atuam fiscalizando setores específicos da atividade econômica, em regime idêntico ao das agências reguladoras.
- 94** As anuidades dos conselhos de fiscalização profissional são espécie tributária, não podendo os Conselhos definir o valor das anuidades por ato próprio.
- 95** O regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista é aplicável aos conselhos de fiscalização profissional.
- 96** Os conselhos profissionais possuem poder de polícia para fiscalizar o exercício das profissões regulamentadas, podendo impor sanções administrativas e proceder à autuação de eventuais infratores, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

O Conselho Regional de Biomedicina do Estado do Paraná necessitou realizar uma aquisição de equipamentos comuns de informática, como computadores pessoais e impressoras, para atender melhor aos novos concursados da entidade. O setor competente estimou que a aquisição deverá ultrapassar o valor de um milhão de reais.

Com base nessa situação hipotética e nas regras para as compras estabelecidas no regime jurídico de compras públicas, julgue os itens a seguir.

- 97** A contratação deverá ser realizada por meio de pregão eletrônico.
- 98** A contratação deverá ser realizada por meio de uma licitação, na modalidade tomada de preços.
- 99** Pelo critério de valor estimado da licitação, o qual é de um milhão de reais, não se admitirá a compra por meio de dispensa de licitação.

- 100** O edital da licitação poderá estabelecer que a fase de julgamento só será concluída após a homologação de amostras, o exame de conformidade ou a prova de conceito.

- 101** O Conselho poderá realizar licitação na modalidade de pregão para o registro de preços, por grupo de itens, pelo critério de julgamento de menor preço, com prazo da ata de um ano, vedando a adesão de outros órgãos e de outras entidades.

O regime jurídico dos contratos administrativos outorga à Administração Pública prerrogativas especiais na execução desses instrumentos, com fundamento na supremacia do interesse público. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 102** A concordância do contratado é desnecessária para que as cláusulas econômico-financeiras dos contratos administrativos possam ser alteradas.
- 103** A Administração Pública não pode ser responsabilizada pelos encargos previdenciários e trabalhistas inadimplidos pelos contratados.
- 104** Para compras, o contratado é obrigado a aceitar supressões de até 25% do valor do contrato.
- 105** Apenas a Administração Pública tem direito à extinção unilateral do contrato, não podendo o particular invocar direito à extinção sem antes cumprir integralmente as suas obrigações.

Acerca dos bens públicos, julgue os itens a seguir.

- 106** As estradas, as ruas e as praças são bens públicos de uso especial.
- 107** A ocupação indevida de um bem público não configura posse, mas, sim, uma mera detenção que, por sua natureza precária, não admite a retenção ou a indenização por benfeitorias.
- 108** Os bens das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial são impenhoráveis.
- 109** Independentemente da destinação do bem público, tanto bens móveis quanto imóveis são imprescritíveis.
- 110** Os rios que banham mais de um estado são bens da União, sendo classificados, portanto, como dominiais.

Conforme Diniz (2003), o contrato nasce do mútuo consentimento, sofre as vicissitudes de sua carreira jurídica e termina normalmente com o cumprimento da prestação. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 111** É possível a extinção do contrato por fatos anteriores à celebração, como a nulidade que surge pela ilicitude, comum a ambas as partes, de seu motivo determinante, insuscetível de confirmação.
- 112** A finalidade econômico-social do contrato permite o indeferimento de pedido liminar de busca e apreensão, amparado na teoria do adimplemento substancial.
- 113** O contrato de compra e venda é translativo, sendo, porém, anulável a venda de ascendente a descendente, exceto se o cônjuge do alienante consentir expressamente, independentemente do regime de bens.

Segundo Barbosa Moreira (1974), o recurso judicial é o remédio idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração da decisão judicial que se impugna. A partir dessa premissa, julgue os itens a seguir, acerca dos meios de impugnação das decisões judiciais.

- 114** O princípio do contraditório, da ampla defesa e da efetividade do processo afastam a noção da taxatividade do rol recursal, assim como atraem a plena fungibilidade das espécies recursais.
- 115** O agravo de instrumento, no processo de trabalho, tem a função de destrancar o recurso e será julgado pelo tribunal que seria competente para conhecer o recurso cuja interposição foi denegada.
- 116** Os embargos de declaração serão opostos contra qualquer decisão judicial, no prazo de cinco dias, acompanhados de preparo, sob pena de deserção.

O conceito de relação de trabalho é bastante amplo, já que pode abranger todo contrato, mesmo informal, em que há uma atividade humana, caracterizada como prestação de um serviço, em que há remuneração por outrem. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 117** Na relação de emprego, a assunção dos riscos pelo empregador é plena (alteridade), não se admitindo nenhum tipo de desconto por dano causado pelo empregado.
- 118** Compete à justiça do trabalho julgar os conflitos entre a Administração Pública e os seus servidores estatutários.
- 119** A cláusula de não concorrência é inerente à relação de emprego, e a sua violação pelo empregado pode ensejar demissão por justa causa.
- 120** O contrato de trabalho intermitente é incompatível com a relação de emprego.



RASCUNHO